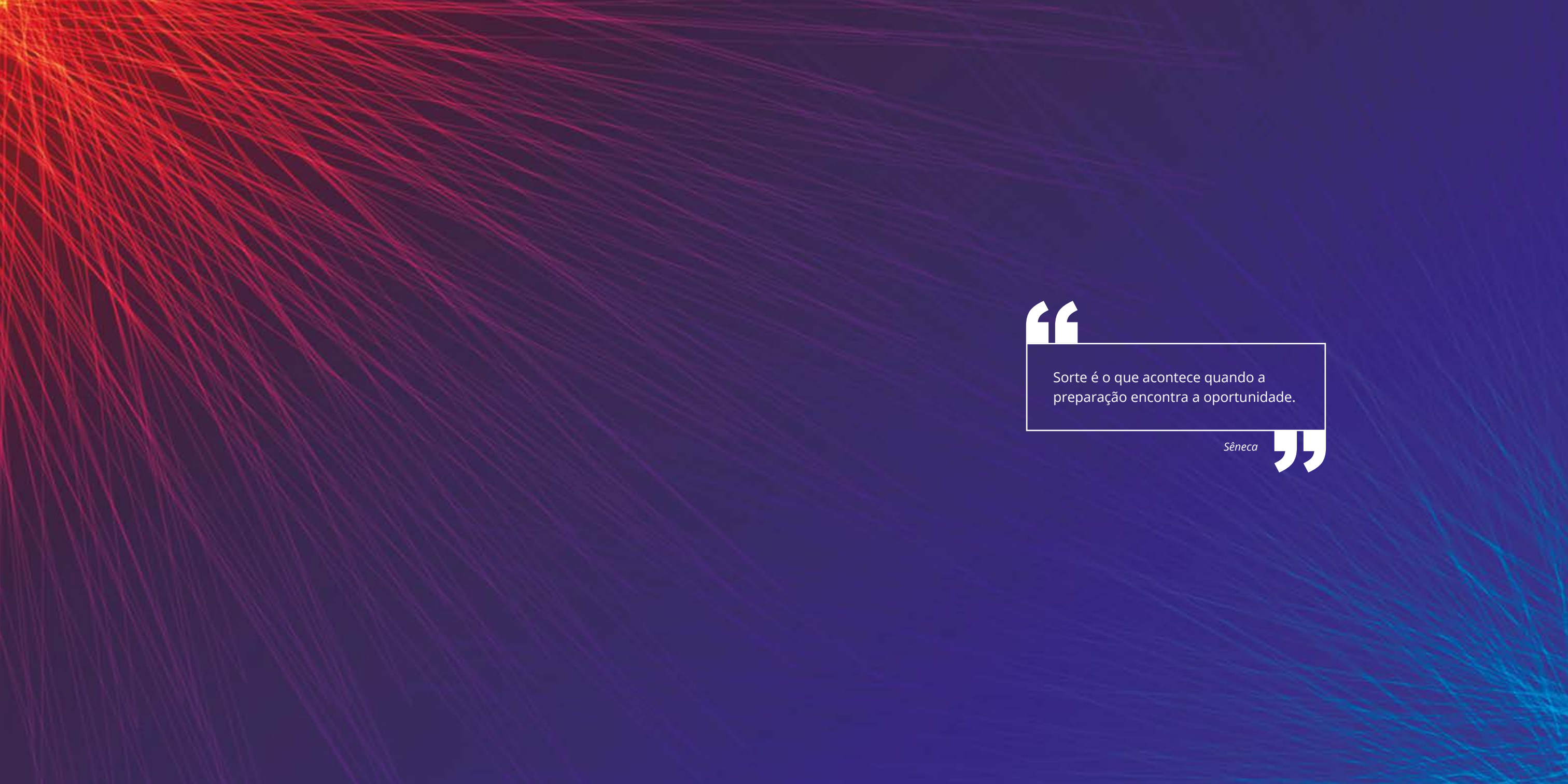




Relatório
Anual

2018

FUNPRES-PJUD

The background is a dark blue gradient with a dense network of thin, overlapping lines in shades of red and blue, creating a complex, web-like pattern. The lines are more concentrated on the left side, where they form a bright red, starburst-like shape, and become sparser towards the right.

“

Sorte é o que acontece quando a
preparação encontra a oportunidade.

Sêneca

”



APRESENTAÇÃO

06

MENSAGEM

Diretoria Executiva; Conselho Deliberativo; Conselho Fiscal

08

GESTÃO E GOVERNANÇA

Missão; Valores; Visão; Objetivos Estratégicos

12

COMUNICAÇÃO E MARKETING

14

RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

Atuariais; Plano de Benefícios

30

SEGURIDADE

Quantidade de Participantes; Adesões de Novos Participantes; Relacionamento com os Participantes

38

INVESTIMENTOS

Política de Investimentos; Alocação dos Investimentos; Resultados e Indicadores

44

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

66



A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud foi criada com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Funpresp-Jud é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e gerencial, nos termos da Lei 12.618/2012, e possui uma estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O regime de previdência complementar é facultativo e visa assegurar a constituição de reservas que garantam o benefício contratado, conforme art. 202 da Constituição Federal de 1988.

A partir da aprovação do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud, em 14/10/2013, os membros e servidores titulares de cargos efetivos que ingressarem no serviço público federal do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público terão suas aposentadorias limitadas ao teto do RGPS e poderão participar de um plano de benefícios complementar para obter renda superior a esse valor. Para tanto, a União, na qualidade de patrocinadora, contribuirá paritariamente até o limite de 8,5% sobre a parcela da remuneração que ultrapassar o teto do RGPS.

Em conformidade com a Resolução CGPC 23/2006, a Funpresp-Jud apresenta o Relatório Anual de Informações aos Participantes 2018.

O ano de 2018 foi extremamente exitoso para a Funpresp-Jud.

No início do ano foram firmadas importantes parcerias com sindicatos e associações de classes de membros e servidores para levar informação adequada e de qualidade sobre a migração de regime, além de intensificar as ações de esclarecimentos sobre o regime de previdência complementar do servidor público federal.

Neste ano, por meio de processo seletivo nacional, houve a renovação parcial da Diretoria-Executiva. Somado ao time composto pelo Diretor de Investimentos e pelo Diretor de Segurança, que foram reconduzidos, foram selecionados novos Diretor-Presidente e Diretor de Administração.

Em junho, foi realizado o Seminário Funpresp “A Previdência Complementar dos Servidores Públicos”, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual contou com a participação na mesa de abertura do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Dias Toffoli, da então Presidente do STJ, Laurita Vaz, do Diretor-Presidente da Funpresp-Exe, Ricardo Pena, e do nosso Diretor-Presidente.

Após a reavaliação do plano de custeio, reduzimos o percentual destinado à formação do Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários (FCBE), de 14,610% para 13,078%. Isso significou um incremen-

to no percentual destinado à conta dos participantes.

Neste ano, tivemos um expressivo aumento no número de adesões, motivadas, em grande parte, pela migração de mais de 3.200 novos participantes, o que elevou o número total de inscritos no Plano de Benefícios para mais de 14.500.

O incremento nas adesões, aumentou a arrecadação, fazendo com que as receitas superassem as despesas, o que resultou no alcance do ponto de equilíbrio, um importante marco na história recente da Entidade.

Além disso, o Conselho Deliberativo aprovou a proposta de reduzir a taxa de carregamento sobre a contribuição normal, tanto do participante quanto do patrocinador, de 7% para 6%, a partir de abril de 2019. Essa redução, também, propiciará o ingresso de mais recursos nas contas dos participantes.

Outro motivo a ser comemorado foi o resultado da Carteira de Investimentos, que superou as expectativas para o ano, encerrando o período com rentabilidade nominal líquida de 8,87% e de 4,94% em termos reais, acima do *benchmark* estabelecido para o ano, e com mais de R\$ 327 milhões no Plano de Benefícios.

Nosso propósito para 2019 é ampliar ainda mais o crescimento da Funpresp-Jud para dar mais estabilidade e mais benefícios aos participantes.

Em 2018, a Funpresp-Jud realizou Processo Seletivo Nacional, com ampla concorrência, para renovação de metade da Diretoria-Executiva, por intermédio do qual foram selecionados novos Diretor-Presidente e Diretor de Administração. Os Diretores de Investimentos e de Segurança foram reconduzidos para mais um mandato.

A Equipe Fiscal da PREVIC, em virtude do enquadramento da Funpresp-Jud como Entidade Sistemicamente Importante (ESI), apresentou o Plano de Trabalho da fiscalização permanente e iniciou os trabalhos de supervisão, contribuindo para mitigar os riscos, aprimorar a governança e os controles internos, bem como para fortalecer a imagem de credibilidade, transparência e boa governança da Funpresp-Jud.

O Conselho Deliberativo, com a colaboração do Conselho Fiscal, elaborou e encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) minuta de norma para regulamentar o Benefício Especial de que trata a Lei 12.618/2012, e orientar os órgãos patrocinadores sobre sua concessão. A proposta foi convertida na Resolução Conjunta STF/MPU 3/2018.

O STF também se manifestou favoravelmente à proposta, aprovada e encaminhada pelo Conselho Deliberativo, para aprimorar o Regulamento do Plano de Benefícios, posteriormente aprovada pela PREVIC, por

intermédio da Portaria 708, de 24 de julho de 2018.

Alinhado às melhores práticas, este Conselho aprovou a contratação de cobertura de seguro adicional para os participantes do Plano JusMP-Prev e o Plano de Trabalho detalhado sobre a execução da Política de Investimentos para 2018.

O Conselho Deliberativo apoiou as diversas ações de fomento e de educação financeira e previdenciária realizadas em 2018, dentre as quais destacam-se: o Seminário “A Previdência Complementar dos Servidores Públicos”, realizado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com organização conjunta da Funpresp-Jud e da Funpresp-Exe; as Webinar sobre migração de regime e reforma da previdência; e os Encontros Regionais, com a finalidade de melhorar o relacionamento e fomentar a integração com os patrocinadores, além de capacitar os Representantes Funpresp-Jud.

O atingimento do ponto de equilíbrio operacional permitiu a este Conselho aprovar a redução da taxa de carregamento, de 7% para 6%, a partir de abril de 2019, o que resultará em mais recursos nas contas dos participantes. Graças ao trabalho conjunto dos órgãos de governança, da equipe de colaboradores e dos patrocinadores, a Funpresp-Jud encerrou o exercício com excelentes resultados.

Primeiramente, enfatizamos o papel do Conselho Fiscal como instância de governança com atuação independente que tem por objetivo avaliar os controles internos, com vistas à geração de valor para os participantes, à melhoria do desempenho da organização, avaliando os processos de gestão e a verificação do atendimento das obrigações legais e estatutárias.

No ano de 2018, podemos destacar o atingimento do ponto de equilíbrio operacional da Fundação, uma vez que as receitas relativas à taxa de carregamento passaram a superar as despesas de funcionamento da entidade. Tal resultado foi impulsionado pelo processo de migração de agentes públicos abrangidos pelo regime próprio de previdência.

Ademais, verificou a aderência dos resultados dos investimentos pela observância dos parâmetros da política de investimentos e das metas de rentabilidade.

Nossa manifestação baseia-se nos trabalhos desenvolvidos, a saber: avaliação minuciosa dos controles internos relativos aos investimentos realizados e sua rentabilidade, exame das demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios, bem como a elaboração de relatórios de controles internos com recomendações para o aperfeiçoamento da gestão da Fundação.

Apesar dos resultados obtidos, pode-se identificar que a necessidade de vigilância constante dos participantes, de forma direta e indireta, e dos órgãos estatutários é um desafio perseguido permanentemente, para que seja mantida a boa governança, simbolizada pela prevalência dos interesses dos participantes, em um cenário novo de abundância de recursos, garantindo que o natural crescimento seja feito com observância irrestrita da eficiência, sem reproduzir certas idiossincrasias do setor público.

gestão e GOVERNANÇA

MISSÃO > Proporcionar ao participante o melhor benefício previdenciário, por meio da otimização dos recursos investidos, respeitados níveis prudentes de risco, de forma responsável, ética e transparente.

VALORES > Ética
Transparência
Comprometimento
Credibilidade
Excelência
Responsabilidade

VISÃO > Ser reconhecida pela excelência em administração de plano de benefícios previdenciários para servidores e membros dos patrocinadores até 2020.

PERSPECTIVAS

FINANCEIRA

Ampliar a oferta de produtos e serviços adequados ao perfil dos participantes e beneficiários.

Otimizar a rentabilidade dos recursos geridos, observando-se níveis prudentes de risco.

PARTES INTERESSADAS

Atrair e reter participantes.

Melhorar o relacionamento e fomentar a integração com os patrocinadores e sistema de previdência complementar.

Promover a educação financeira e previdenciária aos servidores e aos membros dos patrocinadores.

PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.

Ter prática de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Prover sistema de informações gerenciais e soluções eficazes em TI.

Atrair e reter talentos, desenvolver competências, proporcionando gestão do conhecimento entre os colaboradores.

A Funpresp-Jud desenvolveu vários materiais e algumas campanhas durante o ano de 2018, buscou a aproximação dos membros e servidores por meio de envio de notícias pelos canais internos do patrocinador e mídias sociais, bem como promoveu eventos, tanto para participantes, patrocinadores e interessados. Além disso, algumas entrevistas foram concedidas pela Diretoria Executiva às associações de classe, veículos dos órgãos, imprensa especializada e em geral.

Há 5 anos a Fundação demonstra solidez e credibilidade, conquistando a confiança dos membros do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para comemorar esses anos de funcionamento, foi realizado evento com a palestra “Pós-Carreira, um prato temperado de véspera”, proferida pelo psicólogo Ricardo de Faria Barros, Mestre em Gestão Social e Trabalho, Especialista em Gestão de Pessoas e Membro da Associação Internacional de Psicologia Positiva, que ainda contou com a exposição fotográfica dos Ganhadores do Concurso de Fotografias do Prêmio Funpresp-Jud e entrega de certificados, realizado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Vários projetos tiveram continuidade em 2018, tais como: a Plataforma de EaD com 2.285 pessoas que realizaram o curso; o Portal Vida Previdenciária que auxilia nossos participantes a planejar suas finanças e sua aposentadoria e os eventos via webinar, realizados com transmissão pela internet. Foram realizados 3, um deles teve plateia, os Representantes Funpresp-Jud dos patrocinadores de Brasília. Mais de 2.330 membros e servidores, de mais de 80 órgãos patrocinadores de 20 estados da federação, participaram, além de 6 órgãos da Administração Pública Federal tamanha a relevância dos temas apresentados. A média foi em torno de 360 pessoas ativas no chat com mais de 100 perguntas respondidas em tempo real pelo palestrante.

A segunda história da Revista em Quadrinhos da Turma da Judi **“Judi e Max”**, voltada para o público infantil foi lançada em 2 eventos realizados com palestra comemorativa ao Dia das Mães **“Mamãe, prepare seu filho para o futuro e não futuro para o seu filho”**, realizada pelo servidor do MPU e educador financeiro Eduardo Coelho, também membro do Comitê de Investimentos da Fundação. A comemoração fez parte da Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF, uma iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

A quarta edição do Prêmio foi realizada com duas premiações: uma para concurso de fotografias, que visava estimular a participação e a reflexão dos participantes em relação à importância da previdência complementar para sua aposentadoria, e outra para campanha de adesão, com a finalidade de incentivar o trabalho dos nossos órgãos patrocinadores no fomento das adesões. Em setembro, foi lançada a edição 2019 do Prêmio, com nova campanha de adesão.

O ano teve média de 23.600 visualizações mensais no site da Fundação, a *fanpage* no Facebook fechou com 950 seguidores, 543 inscritos no YouTube e 330 seguidores no LinkedIn. Marcamos presença em datas especiais; e trabalhamos no impulsionamento de posts, vídeos e eventos com o intuito de aumentar o engajamento de nossos fãs, seguidores e inscritos para promover a previdência complementar do servidor público.

Os Encontros Regionais continuam a representar uma oportunidade de melhorar o relacionamento e fomentar a integração com os patrocinadores, além de capacitar os Representantes Funpresp-Jud para atuar como multiplicadores da previdência complementar. Cerca de 122 servidores de 54 patrocinadores participaram da rodada anual, que ocorreram na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, em Natal, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo, e no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

O Ciclo de Palestras 2018, direcionado à equipe, teve 3 encontros, com palestras ministradas pelo Diretor-Presidente da Funpresp-Exe, Dr. Ricardo Pena, pelo Coordenador de Administração e Finanças, Kleber Pina, e pelo Coach Ricardo Resstel. Foi realizada uma palestra alusiva ao Dia Mundial da Saúde, proferida pelo psicólogo Ricardo Faria de Barros com o tema “Reconfigurando as lentes do pensamento: Em busca de uma felicidade possível”.

A equipe da Funpresp-Jud desenvolveu a Semana da Boa Ação em comemoração ao Dia Nacional do Voluntariado, comemorado anualmente em 28 de agosto. A campanha mobilizou os empregados para arrecadação de itens de higiene pessoal e de limpeza para a Creche Santa Rita, que atende cerca de 52 crianças de 1 ano e meio a 6 anos.

Um dos eventos mais importantes do ano foi Seminário Funpresp **“A previdência Complementar dos Servidores Públicos”**, realizado em conjunto com a Funpresp-Exe. O Seminário teve abertura solene do Vice-Presidente do STF, Ministro Dias Toffoli, da Presidente do STJ, Laurita Vaz e dos Diretores-Presidentes da Funpresp-Jud, Amarildo Vieira, e da Funpresp-Exe, Ricardo Pena. Mais de 200 pessoas participaram do Seminário, uma oportunidade para debate, esclarecimento de dúvidas e troca de experiências.

Muitas parcerias foram realizadas com Associações de Classe e Sindicatos durante o ano: AJUFE, ANAJUSTRA, ANAMATRA, ANPR, ASMPF, ASSEJUS, SINDIQUINZE, SINDJUS, SINTRAEMG, SINTRAJUSC e SISEJUFE. O intuito foi prestar esclarecimentos sobre a migração de regime e aproximar os associados e sindicalizados da Fundação.

Além de diversas entrevistas concedidas para os órgãos de imprensa dos patrocinadores: Rádio Justiça, TV Justiça, TV TST, TV ANPR, site da Investidor Institucional, Revista Investidor Institucional, Revista da Previdência Complementar, ANAJUSTRA, Abrapp, dentre outros.

JANEIRO

- Reunião com a Diretora Financeira da ANPR, Dra. Anamara Osório, e a Secretária de Gestão de Pessoas do MPF, Sra. Eloá Todarelli, no MPF
- Palestra para juízes na 1ª Vara Criminal e Tribunal de Júri de Santa Maria/ TJDF
- Reunião com o Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF e Conselheiro Deliberativo da Funpresp-Jud, Dr. Gustavo Bicalho; o Secretário-geral da AJUFE, Dr. Fernando Mendes; e a Vice-Presidente da ANAMATRA, Dra. Noemia Porto
- Reunião com a AMPDFT
- Ambientação para novos servidores no STJ
- Reunião com o Secretário-Geral do MPU, Dr. Alexandre Camanho
- Reunião com o Diretor-Presidente da Funpresp-Exe, Ricardo Pena
- Palestra sobre Reforma da Previdência e Migração no TRE-SP
- Seminário Reforma da Previdência e Prev. Complementar no Auditório do Forum Ruy Barbosa - TRT-SP

FEVEREIRO

- Entrevista para a Revista de Previdência Complementar da Abrapp
- Reunião com o SebraePrev
- Reunião com a AMAGIS (DF)
- Palestra no TRT 15ª Região
- Reunião sobre benefício especial no MPT
- Palestra na PGT
- Atendimento para servidores do CNJ
- Treinamento sobre a Instrução PREVIC 15/2017
- Filmagem sobre migração (vídeo institucional) com o Diretor-Presidente, Amarildo Vieira de Oliveira
- Palestra na PGR
- Reunião para tratar de temas jurídicos da Previdência Complementar com Dr. Adacir Reis, Dr. Maurício Torres e Dr. Helder Florêncio

MARÇO

- Palestra para magistrados na Regional da Escola Judicial do TRT 24 - EJTRT
- Palestra no TRT 20ª Região

- Palestra Ciclo Apimec 2018
- Visita da Apex-Brasil
- Café da manhã BTG Pactual - Cenário Político e suas implicações para 2018
- Visita dos Fiscais da PREVIC - Supervisão Permanente ESI
- Ambientação para novos servidores do STF
- Palestra no TRT 3ª Região
- Palestra na PRMG
- Entrevista para ANAJUSTRA
- Reunião entre os Diretores da Funpresp-Exe e Funpresp-Jud
- Webinar - Vale a pena migrar?
- Palestra no Seminário - Regimes de Previdência e Funpresp-Jud na Ejud2
- Palestra na 20ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Previdência Complementar na OAB-DF
- Palestra para Magistrados na AMATRA 18
- Debate sobre migração de regime na PGR/MPF
- Apresentação no TST
- Palestra para magistrados e servidores no TRT 21ª Região
- Palestra para magistrados e servidores na JF-RN

- Entrevista do Diretor-Presidente, Amarildo Vieira de Oliveira, para Revista Investidor Institucional
- Palestra na PR-PA
- Palestra na JF-PA

ABRIL

- Palestra na PRT 1ª Região
- Palestra na PRR 2ª Região
- Palestra no TRF 2ª Região
- Palestra na SJRJ
- Palestra na PRDF
- Palestra no TRT 1ª Região
- Ciclo de Palestras 2018 com o tema “Tendências para os próximos 5 a 10 anos da Previdência Complementar no Brasil influenciadas pela(s) Reforma(s) da Previdência, ministrada pelo Sr. Ricardo Pena
- Atendimento sobre migração de regime para os servidores do MPF
- Palestra na AMATRA 5
- Palestra no TRT 10ª Região
- Apresentação para juízes e desembargadores do TRT 14ª Região

- Visita da SECPREV
- Reunião na Comissão Técnica Centro-Norte de estratégias e criação de valor da Abrapp
- 7ª Reunião do Comitê de Previdência Complementar dos Servidores Públicos da Abrapp
- 30ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Atuação da Previc
- Treinamento sobre renda variável para os empregados da Funpresp-Jud, ministrado pela Diretoria de Investimentos (DIRIN)
- XXIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho
- Seminário SISEJUFE sobre Funpresp-Jud
- Seminário Mercer Gama - Participe da Round Table | Perspectivas e Tendências para a Previdência Complementar 2018
- Palestra alusiva ao mês da saúde: “Reconfigurando as lentes do pensamento: Em busca de uma felicidade possível”
- Palestra para membros e servidores na PR-GO

- Palestra “Novas regras de aposentadoria, migração, cálculo do benefício especial e Plano de Benefícios da Funpresp-Jud” na SJ-GO
- 1ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Assuntos Jurídicos da Abrapp
- Treinamento sobre renda variável para os empregados da Funpresp-Jud, ministrado pela Diretoria de Investimentos (DIRIN)
- Reunião no Gabinete do Ministro Ricardo Lewandowski no STF
- Reunião com a equipe do Fundiágua
- Palestra na Escola Judicial do TRT 5ª Região
- Palestra na SJ-BA
- Palestra na PRR 1ª Região
- Reunião com o Dr. Rafael Alves Belinello, Diretor Geral do TRT 10ª Região
- 1ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Contabilidade
- Seminário sobre licitações e contratos sob a perspectiva da SEGES/MPDFT
- Palestra no TRT 11ª Região
- Palestra na PR-AM

MAIO

- Encontro Regional Centro-Norte da Abrapp
- Palestra na PRT 3ª Região
- 19º CONAMAT - Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
- Palestra na SJ-MG
- Palestra na SJ-PE
- Café da manhã “Oportunidades de investimentos em um cenário de volatilidade”, organizado pela Fator
- Apresentação para servidores da Auditoria Interna do MPU
- Palestra no TRT 23ª Região
- Palestra no TRT 4ª Região
- Palestra na PR-MT
- Abertura da 5ª Semana Nacional de Educação Financeira no Banco Central
- Visita institucional no TSE
- II Feira da Previdência no SebraePrev
- Atendimento a membros e servidores na PRR 1ª Região
- Seminário “Avançar da Recessão para o Crescimento” organizado e promovido pelo COPEDEM e pela ENAMAT
- Participação da Funpresp-Jud na Semana ENEF – Palestras no STF e no MPDFT
- Palestra no TRT 15ª Região
- Palestra no TRF 1ª Região

- 1ª Reunião de Investimentos da Mercer Gama
- Palestra na PRT 21ª Região
- Palestra na Amatra 2
- Palestra no STF
- 2ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Estratégias e Criação de Valor
- Palestra na PRT 2ª Região
- Atendimento a membros e servidores PR-MG

JUNHO

- Palestra no evento organizado pelo SINJUSPAR
- Palestra na PRT 9ª Região
- Palestra no TRE-PR
- Encontro RH em foco
- Palestra no 18º Congresso Nacional do Direito do Trabalho
- Palestra na SJ-MG
- Seminário “Funpresp - A Previdência Complementar dos servidores Públicos” no STJ
- Palestra na PR-RS
- Visita institucional ao TRF 4ª Região
- Palestra “Previdência dos Magistrados” na AJUFERGS
- 18º Ciclo de Conferências “Perspectivas de Investimentos 2º semestre de 2018”
- Palestra no TRF 4ª Região

- Reunião do Comitê de Investimentos da Abrapp
- Atendimentos a membros e juizes na PR-PR
- Palestra na PR-PR
- Café com Representantes Funpresp-Jud, transmitida via webinar
- Filmagem do vídeo “Embaixadores Funpresp-Jud” com Dr. Trajano Sousa de Melo, Promotor de Justiça do MPDFT
- Palestra na PRT 24ª Região
- Palestra para membros e servidores no MPF-AC
- 2ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Contabilidade
- Palestra no TRE-GO
- Reunião da Subcomissão da CTN Assuntos Jurídicos da ABRAPP
- Palestra no TRT 18ª Região
- Atendimento a membros e servidores no TRF 1ª Região
- Seminário “A nova regulamentação de investimentos e responsabilidade dos gestores de fundos de pensão”, organizado pela ANAFE
- Palestra no SINTRAEMG
- Palestra no SISEJUFE

JULHO

- Gravação do programa sobre migração na SISUJEPE

- Palestra no Sindi (Campinas/SP)
- Audiência Técnica no TRT 10ª Região
- Participação no Ciclo de Palestras da AJUFE
- Palestra no MPM
- Solenidade de ingresso na Comissão Especial de Previdência Complementar OAB/DF
- Palestra no TRE-CE
- Palestra no TRE-SE
- Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Governança e Riscos
- Videoconferência com a PR-MG
- Palestra sobre migração na JF-SC
- Palestra sobre migração no TRT-SC
- Palestra sobre migração no TRT-PR
- Palestra no TRT 7ª Região
- Palestra no TRT 19ª Região
- Reunião de advogados de entidades de servidores públicos na Funpresp-Jud
- Palestra na SJ-CE
- Atendimento para juizes no TRE-DF
- Reunião com a PREVIC, as ESI's e a Abrapp (São Paulo/SP)
- Apresentação para membros e servidores na PR-GO
- Apresentação sobre migração na PRT-GO
- Atendimento para juizes no TJDF
- Reunião da Comissão Especial de Previdência Complementar na OAB-DF
- 3ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Estratégias e Criação de Valor

- Reunião com Dr. Célio Peres, Diretor-Presidente da SCPREV
- Atendimento para servidores no SINTRAEMG
- Audiência Pública da Previdência Complementar no Ministério da Fazenda.
- Reunião com a Mongeral sobre contratação de seguro

AGOSTO

- 3º Encontro Nacional de Comunicação, Relacionamento e Educação de Previdência no Royal Tulip Brasília Alvorada
- Atendimento para servidores no TRT 10ª Região
- Reunião com o Sr. Andrea Levy, Consultor da Presidência da Mongeral Aegon, sobre contratação de seguro
- Palestra “Ciclo de vida de produtos e serviços”, ministrada pelo Coordenador de Administração e de Finanças, Kleber Pina
- Ambientação para novos servidores no STJ
- Visita institucional na SJ-RN
- Reunião com XP Investimentos
- Visita institucional ao TRT 21ª Região
- Visita institucional à SJ-RN
- Visita institucional ao TRE-RN

- Encontro Regional – Nordeste e Norte (SJ-RN)
- Visita institucional à PRT 21ª Região
- Encontro Regional – Sudeste e Sul (TRT 2ª Região)
- Visita institucional à SJ-SP
- Visita institucional ao TRF 3ª Região
- Visita institucional ao TRT 2ª Região
- Visita institucional ao TRE-SP
- Encontro Regional – Centro-Oeste (STF)
- Seminário “Auditorias internas e independentes de fundos de pensão”, organizado pela Previc
- Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Investimentos da Abrapp
- Evento Mercer de Previdência Complementar.
- Reunião do CNPC no Ministério da Fazenda
- Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Assuntos Jurídicos da Abrapp

SETEMBRO

- 39º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, organizado pela Abrapp
- Reunião no TJDF
- 4ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Estratégias e Criação de Valor

- Assinatura da Medida Provisória que dispõe sobre a reabertura do prazo de migração no Palácio do Planalto
- Webinar “Migrei, não aderi, e agora?” com o Diretor de Seguridade, Edmilson Enedino das Chagas
- 26ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Previdência Complementar da OAB/DF
- Reunião do CRPC no Ministério da Fazenda
- Palestra no TRT 1ª Região
- Palestra no Evento sobre Previdência Complementar na OAB/DF
- Visita institucional ao TST

OUTUBRO

- Reunião com a Amatra
- Visita institucional ao MPDFT
- Visita institucional ao TJDF
- Visita institucional ao STJ
- 8ª Reunião do Comitê de Previdência Complementar dos Servidores Públicos na Abrapp
- Congresso de governança, risco e compliance, organizado pelo TCU
- 4ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Assuntos Jurídicos

- Entrevista para o TST
- Seminário “Compliance na Previdência Complementar”, organizado pela OAB/DF
- 5ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Estratégias e criação de valor
- Visita institucional à PR-DF
- Audiência no MPT
- Visita institucional à PRR 1ª Região
- Visita institucional à SJDF
- Visita institucional ao STM
- Reunião com a Icatu Seguros
- Reunião com a Seguradora Prudential
- Visita institucional ao TRF 1ª Região
- Visita institucional ao CNMP
- Evento XP Private Summit
- Comemoração do aniversário 5 anos Funpresp-Jud no TJDF
- Visita ao Sicoob sobre empréstimo
- Visita à Ceres sobre empréstimo
- Reunião com a Auditória das Demonstrações 2018
- Audiência com o Minsitro Dias Toffoli no CNJ
- Workshop “Criação de Valor”, organizado pela da CTR de Comunicação - Centro-Norte
- 27ª Reunião da Comissão Especial de Previdência Complementar na OAB/DF

NOVEMBRO

- Apresentação do Cenário Econômico na Funpresp-Jud
- Reunião com Sr. Carlos Marne, Diretor de Licenciamento Substituto da Previc
- Palestra sobre a Resolução CMN 4661/2018, organizada pela CNF/Ambima
- 6ª Reunião da Comissão Técnica de Comunicação – Centro-Norte
- Reunião com Sr. Sergio Djundi Taniguchi, Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Substituto da Previc
- Reunião da Câmara de Recursos da Previdência Complementar
- 4ª Reunião da Comissão Técnica Centro-Norte de Governança e Riscos

DEZEMBRO

- 19º Ciclo de Conferências - Perspectivas de Investimentos 2019
- Reunião da Câmara de Recursos da Previdência Complementar
- Inauguração do Escritório do Serpros em Brasília

39º Congresso da Abrapp



Aniversário 5 anos



Encontros Regionais



Ciclo de Palestras



Dia das Mães



Dia Mundial da Saúde



Melhores Empregados



Outubro Rosa

Dia Internacional da Mulher



Semana da Boa Ação



Festa Junina



Palestras de Migração



Natal Solidário



Posse da DIREX



Concurso de Fotografia



Vacinação H1N1



Prêmio Funpresp-Jud



Visita do Presidente do STF



Reabertura do Pazo de Migração



Visita do Ministro Ives Gandra



Seminário Funpresp



Webinar



Mídias



resultados
PREVIDENCIÁRIOS

ATUARIAIS

EVOLUÇÃO DO CUSTEIO

O Plano JusMP-Prev possui somente um grupo de custeio, sendo seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD) e seu custo calculado atuarialmente apenas em relação aos aportes destinados ao FCBE, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pelos Participantes Patrocinados e Patrocinadores.

A contribuição normal média total, apurada considerando as contribuições dos participantes e a paridade do patrocinador, com as informações cadastrais em 31/12/2018, foi de 15,63% da folha da remuneração de participação, já descontado da taxa de carregamento.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de 2017, na qual a contribuição normal média total foi mensurada em 15,57%, houve um aumento da contribuição normal média total, motivado especialmente pelo aumento da massa de participantes e suas respectivas características, oriundos do processo de migração de regime de previdência pelos membros e servidores.

O custo apurado destinado à formação do FCBE na avaliação de 2018, foi de 13,08%, sendo mantido praticamente o custo apurado na avaliação atuarial de 2017. Desta forma, descontada a taxa de carregamento de 6,00% e o FCBE de 13,08%, o percentual destinado à Reserva Acumulada Normal (RAN) é de 80,92%.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação das Provisões Matemáticas entre a Avaliação Atuarial de 2017 e a Avaliação Atuarial de 2018 decorre principalmente da entrada de novos participantes oriundos do processo de migração, dos valores vertidos de contribuição dos participantes, dos patrocinadores, dos valores portados e da rentabilidade dos investimentos.

Até a data-base da Avaliação Atuarial, o Plano não apresentava participantes assistidos, resultando em valor nulo nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC).

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC), registradas no balanço de 31/12/2018, subdivide em duas contas, uma estruturada na modalidade de contribuição definida, que se referem os saldos individuais dos participantes e patrocinadores e a outra parcela a conta coletiva, que se refere ao FCBE.

A seguir são apresentados os montantes de cada uma das contas, em reais, comparativamente com o exercício de 2017:

CONTAS	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017 (I)	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018 (II)	VARIAÇÃO [(II)/(I)]-1
Patrimônio de Cobertura	159.373.835,63	326.741.006,91	105,02%
Provisões Matemáticas	159.373.835,63	326.741.006,91	105,02%
Benefícios Concedidos	0,00	0,00	-
Benefícios a Conceder	159.373.835,63	326.741.006,91	105,02%
Saldo de Conta Patrocinadores	59.752.057,06	126.474.956,39	111,67%
Saldo de Conta Participantes	76.387.386,12	154.075.482,38	101,70%
Benefício Definido (FCBE)	23.234.392,45	46.190.568,14	98,80%
Fundos Previdenciais	0,00	0,00	-

O Patrimônio Social possui o montante de R\$ 330.098.843,95, formado pelo Patrimônio de Cobertura e o Fundo Administrativo no montante de R\$ 3.357.837,04.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

- > Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano, qual seja, de Contribuição Definida para os benefícios programados e de risco, as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações junto aos participantes, mas sim para o cálculo das rendas, por equivalência financeira.

As rendas pagas pelo presente Plano têm seu valor permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em nome do participante, considerando o resultado líquido dado pela aplicação dos recursos, contribuições recebidas e benefícios pagos com exceção do benefício por sobrevivência do assistido que o reajuste é atrelado ao índice do Plano.

Os recursos alocados no FCBE têm natureza coletiva e visam dar garantia aos benefícios de risco e para a apuração do custeio necessário, consideramos uma margem de segurança estatística, com a finalidade de cobrir as Oscilações de Riscos. Sendo assim, o FCBE é a única parcela que pode trazer desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas não se confirmem no longo prazo, por essa razão, anualmente é realizada a reavaliação do custeio necessário.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

- > Em face da modalidade em que o Plano é estruturado, esse item não se aplica.

PLANO DE BENEFÍCIOS

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

- > O cadastro dos participantes foi extraído do sistema previdenciário, posicionado em 31/12/2018 com as inscrições processadas até 24/1/2019. Após os testes de consistência e as devidas retificações, os dados foram considerados válidos e suficientes para a avaliação atuarial.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

- > Não há resultado superavitário ou deficitário em função de o Plano ser estruturado na modalidade de contribuição definida.

ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

- > Os regimes financeiros e os métodos de financiamento têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação das reservas para garantia dos benefícios previsto pelo Plano e a determinação do plano de custeio anual.

No financiamento de todos os benefícios do Plano utiliza-se o regime financeiro de capitalização, adotando-se o método de financiamento financeiro (capitalização individual) na avaliação dos benefícios programados e de risco previstos no Plano, exceto o benefício por sobrevivência do assistido e dos aportes extraordinários sendo que para estes a avaliação é pelo método agregado. Os referidos métodos são adequados e devem continuar sendo adotados para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente.

BENEFÍCIOS	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aposentadoria normal	Capitalização	Financeira
Aporte extraordinário	Capitalização	Agregado
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Financeira
Aposentadoria por invalidez ^[1]	Capitalização	Financeira/ Agregado
Pensão por morte do participante ativo ^[1]	Capitalização	Financeira/ Agregado
Pensão por morte do participante assistido	Capitalização	Financeira
Sobrevivência do assistido	Capitalização	Agregado
Suplementar	Capitalização	Financeira

[1] Para a concessão do benefício mínimo considera o método de financiamento agregado.

CONCLUSÃO > Conclui-se que o Plano de Benefícios JusMP-Prev, administrado pela Funpresp-Jud, atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, com a devida mensuração do plano de custeio aos benefícios oferecidos.



SEGURIDADE



Ao final de 2018, o Plano de Benefícios contava com **14.580** participantes. Veja nos gráficos abaixo suas características quanto à categoria de participantes e gênero:

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

PARTICIPANTES POR CATEGORIA

14.580

14.210 PATROCINADOS

293 VINCULADOS

41 NO PRAZO OPÇÃO INSTITUTOS

21 BPD

15 AUTOPATROCINADOS

PARTICIPANTES POR SEXO



7.639

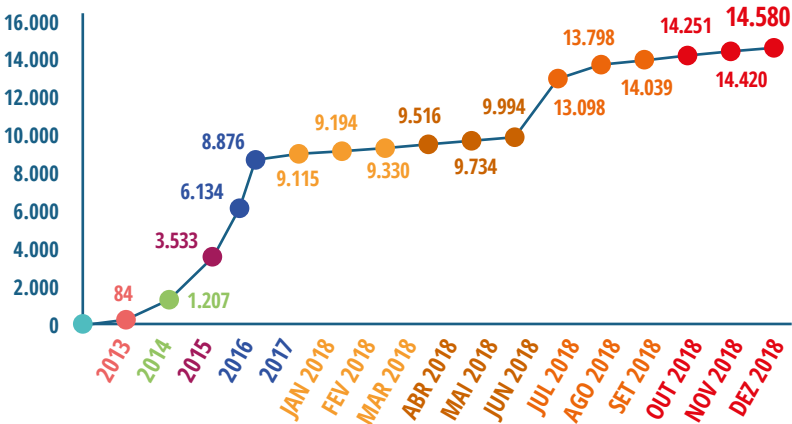


6.941

ADESÕES DE NOVOS PARTICIPANTES

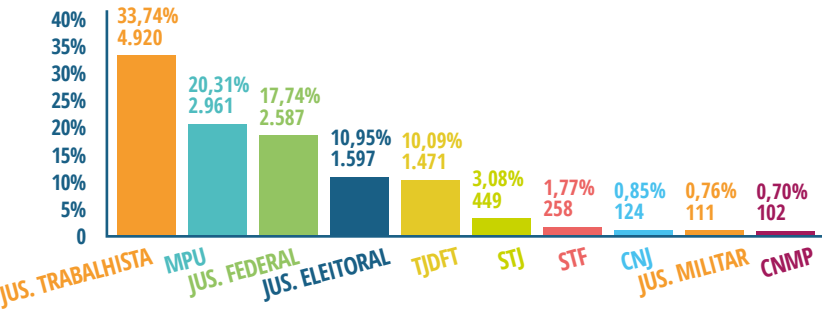
EVOLUÇÃO
DAS ADESÕES
Posição em
24/01/2019

O gráfico a seguir representa o resultado do esforço conjunto da Funpresp-Jud e dos patrocinadores para divulgar o Plano de Benefícios e conquistar novas adesões de participantes:



Os participantes são membros e servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), distribuídos percentualmente nos seguintes ramos:

PARTICIPANTES
POR RAMO DOS
PATROCINADORES
Posição em
24/01/2019



RELACIONAMENTO COM OS PARTICIPANTES

Em 2018, a Área de Relacionamento da Funpresp-Jud recebeu 9.788 demandas, assim distribuídas: 6.046 e-mails, 3.516 chamadas telefônicas e 226 atendimentos presenciais.

Também realizou 3.637 simulações (migração de regime previdenciário/adesão ao Plano); encaminhou 5.274 mensagem de boas-vindas para novos participantes e 278 mensagem de alerta sobre o prazo para a escolha do regime de tributação para participantes.

Os principais assuntos tratados estavam relacionados à migração de regime previdenciário, benefício especial, dúvidas a respeito do Plano de Benefícios JusMP-Prev, regime de tributação, preenchimento de formulários e orientações sobre o curso de noções básicas do Regime de Previdência Complementar (RPC) do servidor público federal.

O Diretor Presidente e o Diretor de Seguridade ministraram palestras para mais de 4.400 pessoas, esclarecendo dúvidas a respeito da migração de regime previdenciário e adesão à Funpresp-Jud.

Foram registrados 77.234 acessos ao Portal do Participante no site da Fundação.

A pesquisa de satisfação sobre a qualidade do atendimento, no final do ano, apresentou o seguinte resultado: 57,25% dos pesquisados classificou o atendimento como excelente, 25,80% como muito bom, 8,05% como bom e 8,90% como regular.

Obtivemos 2.285 inscrições no curso de noções básicas do Regime de Previdência Complementar (RPC) do servidor público federal.



Fechamos
o ano com
14.580
participantes
R\$ 328
milhões em
patrimônio
do plano.

INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos 2018 da Funpresp-Jud foi aprovada em 6 de dezembro de 2017, na 12ª Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo.

Em relação ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), houve alteração no *benchmark*, com elevação da parcela em IMA-B5 (de 20% para 35% do patrimônio) e consequente redução dos investimentos em CDI (de 80% para 65%). O detalhamento pode ser visto na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL	BENCHMARK ⁽⁴⁾
1. Renda Fixa ⁽¹⁾	100%	100%	100%	100%	65% DI - Depósito Interfinanceiro e 35% em IMA-B5
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à Inflação e Operações Compromissadas	100%	50%	100%	100%	-
Títulos Privados ^{(2) (3)}	0%	0%	50%	80%	-

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: ⁽¹⁾ Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
⁽²⁾ Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.2 da Política de Investimentos 2018.
⁽³⁾ Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundos de investimento abertos. Aplicações diretas (via carteira própria ou fundos de investimento exclusivos) ficam limitadas a 10%.
⁽⁴⁾ Deverão ser deduzidos os custos dos investimentos: taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas - CETIP e SELIC), entre outros (corretagens, emolumentos, custo na compra/venda de títulos públicos e privados).

No caso do Plano de Benefícios (PB), a principal mudança em relação ao ano de 2017 se referiu às alterações nas alocações por segmento (vide Tabela 2 na sequência). Adicionalmente, o tópico sobre “Controle e Gerenciamento de Riscos” foi reforçado, em linha com as informações constantes da Política de Gerenciamento de Riscos de Investimentos. Finalmente, foi mantida a possibilidade de criação de fundos exclusivos para a administração dos recursos do Plano de Benefícios, seja com gestão terceirizada ou própria, evento previsto para 2017, mas que foi postergado para este ano.

Tabela 2

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL	BENCHMARK ⁽⁶⁾
1. Renda Fixa ⁽¹⁾	84%	70%	100%	100%	IPCA + 4,5% ao ano
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	74%	21%	100%	100%	
Títulos Privados ^{(2) (3)}	10%	0%	49%	80%	
2. Renda Variável ⁽⁴⁾	4%	0%	10%	70%	
Índices (amplos, setoriais) e ações	4%	0%	10%	70%	
3. Investimentos Estruturados ⁽⁵⁾	6%	0%	10%	20%	
FI/FIC Multimercado	6%	0%	10%	10%	
4. Investimentos no Exterior	6%	2%	10%	10%	

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: ⁽¹⁾ Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
⁽²⁾ Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.3 da Política de Investimentos 2018.
⁽³⁾ Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 49% vale somente para aplicações em fundos de investimento abertos. Aplicações diretas (carteira própria ou fundos de investimento exclusivos) ficam limitadas a 25%.
⁽⁴⁾ Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas.
⁽⁵⁾ Somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.
⁽⁶⁾ Deverão ser deduzidos os custos dos investimentos: taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas - CETIP e SELIC), entre outros (corretagens, emolumentos, custo na compra/venda de títulos públicos e privados).

PLANO DE TRABALHO DE INVESTIMENTOS 2018

O Plano de Trabalho de Investimentos 2018 foi solicitado pelo Conselho Deliberativo à Diretoria Executiva com o objetivo de se aprimorar a gestão de ativos da Fundação. Dessa forma, referido documento segue, necessariamente, as diretrizes gerais constantes da Política de Investimentos 2018, e apresenta a estratégia mais indicada a ser seguida ao longo do ano, dentro de cada um dos cenários prospectivos elencados.

Especificamente em relação ao PGA, tendo em vista a escolha dos índices de referência (DI e IMA-B5), a gestão dos investimentos do PGA se dará predominantemente de forma passiva, tentando ao máximo replicar os índices estabelecidos. Em virtude da alteração do *benchmark* para 2018 (65% CDI e 35% IMA-B5), já no primeiro dia útil do ano a Diretoria de Investimentos tomou as providências necessárias para ajustar as aplicações financeiras à nova meta estabelecida.

Já em relação ao Plano de Benefícios, destacam-se:

PARÂMETROS DE RISCO DE MERCADO

> Foram determinados os principais parâmetros de risco a serem seguidos pela Fundação, conforme segue:

i. Valor em Risco (*Value-at-Risk*: V@R)^[1] de 1 dia útil, paramétrico ou não paramétrico, e 95% de intervalo de confiança. Alternativamente, pode-se utilizar o V@R mensal ou de 21 dias úteis, também com 95% de intervalo de confiança.

• Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios:

- > Base em retornos diários: **o limite de rentabilidade diária mínima, com 95% de probabilidade, será de -0,60%** (menos sessenta pontos-base), ou seja, é possível a ocorrência de rentabilidade diária negativa;
- > Base em retornos mensais: **o limite de rentabilidade diária mínima, com 95% de probabilidade, será de -1,00%**

(menos cem pontos-base), ou seja, é possível a ocorrência de rentabilidade mensal negativa;

• Fundos de Investimento Exclusivos:

- > Base em retornos diários: **o limite de rentabilidade diária mínima, com 95% de probabilidade, será de -0,70%** (menos setenta pontos-base), ou seja, é possível a ocorrência de rentabilidade diária negativa;
- > Base em retornos mensais: **o limite de rentabilidade diária mínima, com 95% de probabilidade, será de -1,75%** (menos cento e setenta e cinco pontos-base), ou seja, é possível a ocorrência de rentabilidade mensal negativa;

ii. Volatilidade^[2] anualizada e acumulada em janelas móveis de doze meses, representado pelo grau médio de variação dos retornos mensais dos ativos ou das cotas dos fundos de investimento.

• Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios:

- > Base em retornos diários: **o limite máximo anualizado será de 4,00%** (quatrocentos pontos-base);
- > Base em retornos mensais: **o limite máximo anualizado será de 3,00%** (trezentos pontos-base);

• Fundos de Investimento Exclusivos:

- > Base em retornos diários: **o limite máximo anualizado será de 6,50%** (seiscentos e cinquenta pontos-base);
- > Base em retornos mensais: **o limite máximo anualizado será de 4,00%** (quatrocentos e cinquenta pontos-base).

[1] O **V@R** é uma medida da probabilidade de perda de determinada aplicação em diversos cenários da economia. A metodologia avalia qual a perda máxima que uma carteira pode ter dentro de um horizonte de tempo predeterminado. Tradicionalmente na Fundação os cálculos são realizados com a utilização de horizonte de tempo mensal para os retornos dos investimentos e grau de confiança de 95%. Já o mercado financeiro tem por praxe realizar os cálculos com base nos retornos diários, também com grau de confiança de 95%.

[2] A **Volatilidade** representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento. Na Fundação, é calculada a partir dos retornos mensais da carteira de investimentos verificada no último dia útil de cada mês (sendo esta carteira mantida constante para os períodos anteriores), assim como também é verificada para um horizonte dos retornos mensais efetivamente realizados dos últimos doze meses, em janelas móveis. Já o mercado financeiro tem por praxe realizar os cálculos com base nos retornos diários, em janelas móveis de 12 meses e/ou desde o início do ano.

DEFINIÇÃO DO NÍVEL DE STOP LOSS ➤ O mecanismo de *stop loss* (contenção de perdas) tem por objetivo limitar as perdas em determinado investimento e impedir que o prejuízo continue se elevando indefinidamente em cenário contrário ao previsto. Este é um mecanismo de proteção indispensável para investimentos Marcados a Mercado.

A definição do nível de *stop loss* pode obedecer a um dos seguintes parâmetros, quais sejam: i) análise específica do ativo, ou ii) análise da carteira de investimentos^[3]. A partir do exposto, foi decidido que será adotada a Análise de Carteira de Investimentos para a definição do *stop loss*, utilizando-se a DNP 36 meses como parâmetro de acionamento do referido mecanismo, porém, agregando-se uma variável referente ao V@R.

Dessa forma, os parâmetros para acionamento do *stop loss* encontram-se na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3

PERÍODO	DNP 36 MESES (NÍVEL MÍNIMO)
Jan/2018	3,75%
Fev/2018	4,25%
Mar-Jul/2018	5,15%
Ago-Dez/2018	4,60%

Coube à Diretoria Executiva a determinação dos ativos e respectivos volumes financeiros que foram objetos de desinvestimento com vistas à redução do nível de risco de mercado e sistêmico da Carteira de Investimentos.

RENDA FIXA ➤ O principal segmento de aplicação financeira dos recursos do Plano de Benefícios é a Renda Fixa. Nesse sentido, os maiores esforços foram destinados aos ativos deste segmento com vistas ao alongamento da *duration* para a busca de retornos mais elevados.

Obviamente este movimento de alongamento no segmento de Renda Fixa levou em consideração os limites de risco de mercado apresentados, assim como foram observados os movimentos de diversificação de investimentos para os demais segmentos autorizados, haja vista que estes também impactaram o risco global da carteira.

Títulos Indexados ao IPCA

Parte significativa dos investimentos foi destinada, preferencialmente, à aquisição de títulos públicos federais de médio prazo indexados ao IPCA, tendo em vista a estratégia de se buscar manter o poder de compra dos ativos, em linha com as diretrizes adotadas pelas principais fundações no país.

Tendo em vista que, ao final de 2017, a *duration* da Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios se encontrava em patamar ainda reduzido, houve espaço para o alongamento destes ativos dentro dos limites de risco autorizados.

Além disso, parte expressiva do alongamento continuou ocorrendo por meio da Carteira de Investimentos do FCBE, cujos títulos são Marcados pela Curva e geridos de maneira independente das reservas individuais dos participantes (RAN/RAS).

[3] As definições e análises comparativas encontram-se no Plano de Trabalho de Investimentos 2017.

Títulos Prefixados

Esta parcela de investimentos do Plano de Benefícios apresentou aumento de participação percentual mais expressiva ao longo de 2018, principalmente por conta do prêmio verificado nos títulos públicos federais comparativamente àqueles indexados ao IPCA.

Estima-se que já seria interessante a elevação da participação para patamar superior a 20% do total de recursos do Plano de Benefícios, ressaltando que os títulos com melhor relação retorno x risco neste início de ano foram aqueles de médio prazo (entre 3 e 5 anos), o que não elevou de forma significativa o nível de risco da Carteira de Investimentos do PB, caso substituam parte da parcela atualmente alocada em CDI.

Dessa forma, ao longo do primeiro trimestre de 2018, ocorreu elevação gradativa nos investimentos em títulos prefixados com vistas a se alcançar o patamar mencionado, aproveitando-se momentos pontuais de elevação nas taxas de rendimentos destes títulos, preferencialmente na parte média da curva de juros (entre 3 e 5 anos), para a realização das operações, porém não se descartou eventuais aquisições de títulos mais longos em parcelas menos significativas.

Posteriormente, dependendo do cenário político/econômico, buscou-se patamares ainda mais elevados para a parcela prefixada, obviamente em análise comparativa com os demais indexadores de renda fixa.

Títulos Atrelados ao CDI/Selic

A redução de posições elevadas em ativos indexados ao CDI/Selic ocorreu de forma consistente ao longo de 2018.

Estas posições são basicamente defensivas, porém nos últimos meses, por conta do processo de queda da taxa básica de juros no país, passaram a apresentar retorno real inferior ao *benchmark* do Plano de Benefícios, algo que deverá perdurar.

Nesse sentido, este tipo de investimento naturalmente foi reduzido, dentro dos parâmetros de risco adequados para a melhor gestão da Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios.

RENDA VARIÁVEL > A diversificação dos investimentos do PB via renda variável se manteve prioritariamente por meio de fundos de investimento abertos, entretanto abriu-se a possibilidade de investimentos diretamente em ações ou em Ibovespa Futuro por meio dos fundos exclusivos.

Atualmente, há aplicação de recursos do PB em fundo de investimento aberto da Caixa Econômica Federal cujo *benchmark* é o Ibovespa, assim como no Banco do Brasil atrelado ao Índice de Governança Corporativa. Ao longo de 2018, houve incremento da participação nestes fundos, assim como foi utilizado outro fundo de investimento em ações com índices setoriais (ex.: setor financeiro, consumo, energia) ou segmentados (IDIV: índice de dividendos, por exemplo).

A estratégia da Fundação foi elevar gradualmente o percentual de recursos do PB para o segmento de renda variável até o nível de 4%, tendo encerrado 2017 em 2,5% do PB, sendo essa a Alocação Objetivo para 2018.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

> A Funpresp-Jud iniciou as aplicações no segmento de Investimentos Estruturados, por meio de fundo de investimento multimercado do Banco do Brasil, em outubro de 2017, atualmente o único veículo legalmente apto a receber os recursos da Fundação^[4]. Ao final daquele ano, a participação deste segmento na Carteira de Investimentos do PB foi de 3,4%.

Ao longo de 2018, foi incrementada a participação dos investimentos neste tipo de veículo, buscando-se rapidamente a Alocação Objetivo de 6% do PB, porém podia tal parcela ter sido ainda maior, a depender das condições político/econômicas vigentes no país, ressaltando que tal fundo multimercado possui baixa correlação ou mesmo correlação negativa com a maioria dos investimentos do Plano de Benefícios, gerando maior retorno com menor risco para a Carteira de Investimentos do PB. Finalmente, a possibilidade de se operar em diversos mercados simultaneamente aliada à velocidade de eventuais ajustes nas posições indicam que tal veículo é bastante adequado para cenários de volatilidade elevada.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

> O processo de diversificação das aplicações financeiras do Plano de Benefícios com a utilização de investimentos no exterior foi mantido ao longo de 2018, de maneira gradual, até que seja atingido o nível de 6% do patrimônio do PB (Alocação Objetivo para este segmento), ressaltando que tal segmento encerrou o ano de 2017 com participação de 4,3% do PB.

Para tanto, foram utilizados novos tipos de fundos de investimento abertos, além daqueles atualmente empregados pela Fundação (Fundo de Investimento BDR Nível I gerido pela Caixa Econômica Federal e Fundos de Investimento MSCI World geridos pelo JP Morgan e Schroder, ambos junto ao Banco do Brasil). Nesse sentido, houve disponibilidade imediata de diversos outros fundos de investimentos abertos do Banco do Brasil com foco em renda variável no exterior e de espectros bastante mais amplos (alcance global ou foco em ações europeias).

Adicionalmente, foi possível a elevação na participação de investimentos no exterior à medida que mais recursos do PB foram destinados a títulos de renda fixa mais longos (Marcados a Mercado) e à renda variável, como forma de se reduzir o nível de risco de mercado da Carteira por conta da correlação negativa destes ativos com aqueles dos demais segmentos de aplicação.

[4] A utilização de outros fundos de investimento multimercado deverá ocorrer no âmbito da licitação da gestão terceirizada dos recursos da Fundação, previsto para ter início no segundo trimestre de 2018.

(*) Alocação dos Investimentos e Resultados dos Investimentos (Relatório Investimentos Dez/2018 – Completo e Resumido // Carta aos Participantes 2018).

RESULTADOS E INICADORES

Tabela 1

INDICADOR	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA ANUAL
Plano de Benefícios (PB) *	10,05%	13,60%	14,03%	10,91%	8,87%	11,47%
Plano de Gestão Administrativa (PGA) *	10,52%	13,54%	14,08%	10,36%	7,33%	11,14%
Benchmark PB *	10,34%	15,89%	10,82%	7,25%	8,14%	10,45%
Benchmark PGA *	10,52%	13,31%	13,95%	10,20%	7,36%	11,04%
Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)	7,07%	5,22%	14,56%	11,36%	ND	ND
CDI	10,81%	13,24%	14,00%	9,93%	6,42%	10,85%
Poupança	7,08%	8,07%	8,30%	6,61%	4,62%	6,93%
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%	5,98%
PB Real**	3,43%	2,65%	7,29%	7,73%	4,94%	5,19%
PGA Real**	3,86%	2,59%	7,33%	7,20%	3,46%	4,87%

Fonte: Funpresp-Jud, ABRAPP, CETIP, Banco Central, IBGE
Benchmark 2018 Plano de Benefícios (PB): IPCA + 4,50% ao ano, deduzidos os custos dos investimentos
Benchmark 2018 Plano de Gestão Administrativa (PGA): 65% CDI + 35% IMA-B5, deduzidos os custos dos investimentos
* Rentabilidade Nominal Líquida = Rentabilidade Nominal, deduzidos os custos dos investimentos no caso do PB e PGA
** Rentabilidade Real Líquida = Rentabilidade Nominal Líquida, deduzido o IPCA

A estratégia inicialmente prevista para 2018 foi a continuação daquela adotada em 2017: **alongamento gradual dos ativos de Renda Fixa** e continuação da diversificação dos investimentos, com **elevação da participação dos recursos do Plano de Benefícios nos segmentos de Renda Variável, Estruturados e Investimentos no Exterior**, com o objetivo principal de obter rentabilidade superior ao *benchmark* proposto, porém com a manutenção de níveis reduzidos de risco de mercado.

Entretanto, em virtude do cenário externo instável e dos eventos de maio (greve dos caminhoneiros) e, posteriormente, a instabilidade pro-

vocada pela eleição presidencial, a estratégia prevista não pôde ser implementada de forma contínua, tendo sido interrompida em meados de maio, sendo retomada parcialmente apenas ao final do ano.

Apesar disso, o resultado da Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios superou as expectativas para 2018, encerrando o período com rentabilidade nominal líquida de 8,87% e de 4,94% em termos reais, acima do *benchmark* estabelecido para o ano (IPCA + 4,24%^[5]).

Assim, como em 2017, o grande destaque de rentabilidade em 2018 foi o segmento de Renda Variável (vide Tabelas 5 e 14 do Anexo). Entretanto, o percentual de alocação dos investimentos do Plano de Benefícios nesse segmento ainda é reduzido por conta da atuação mais conservadora da Fundação na gestão dos recursos dos participantes.

Nesse sentido, os principais ganhos em termos percentuais na Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios, além das posições em Renda Variável, foram decorrentes das posições em títulos públicos federais (vide Tabelas 7 e 8): i) NTN-B com vencimentos em 2021, 2022, 2023, 2026 e 2045 adquiridas entre junho de 2017 e dezembro de 2018; ii) LTN com vencimentos em Jul/2021 e Jan/2022. Deve-se ressaltar que todos os ativos dessa Carteira são Marcados a Mercado (MTM).

Já na Carteira de Investimentos do FCBE, os retornos mais elevados foram verificados nas Letras Financeiras indexadas à inflação Marcadas pela Curva (MTC), ressaltando que tais títulos foram adquiridos entre novembro de 2015 e julho de 2016, quando as taxas de rendimento se encontravam bastante elevadas. Posteriormente, foi adquirido novo título em julho de 2018 também com taxa de retorno acima de IPCA + 6% ao ano (vide Tabelas 7 e 8).

[5] IPCA + 4,50% ao ano, descontados os custos dos investimentos.

OPORTUNIDADE APROVEITADA ➤ Elevação do nível de risco da Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios por meio do alongamento de prazos nos ativos de renda fixa e diversificação dos investimentos no primeiro quadrimestre do ano, com recuo tático entre maio e outubro.

OPORTUNIDADE NÃO APROVEITADA ➤ Não fomos convictos o suficiente em relação à favorabilidade do ambiente doméstico após o primeiro turno da eleição presidencial, cujos reflexos sobre os ativos locais mais do que compensaram as incertezas oriundas do cenário político e a degradação da situação fiscal do país;

- Nesse sentido, deixamos de aproveitar boa parte do movimento de recuperação nos preços dos ativos de Renda Fixa e de Renda Variável, pois apenas elevamos marginalmente nossas posições no primeiro segmento e não incrementamos a alocação no segundo.

Em virtude dos acontecimentos e da interrupção da estratégia originalmente prevista para 2018, a Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios permaneceu conservadora em se tratando de um fundo de pensão (vide Tabela 2), algo que poderá se alterar ao longo dos próximos anos caso o país retome a trajetória de crescimento sustentável com equilíbrio fiscal.

Nesse sentido, a estratégia para o período 2019-2023 é retomar e, eventualmente acelerar, o processo de alongamento dos investimentos em Renda Fixa; ampliar a diversificação dos investimentos por meio do incremento da participação de aplicações em Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior.

Deve-se destacar que o aumento no nível de risco de mercado dos investimentos do Plano de Benefícios manterá o ritmo gradual, respeitando o cenário político-econômico mundial e doméstico, tendo em vista as várias incertezas ainda presentes, tais como: i) mundo: arrefecimento do crescimento econômico mundial, evolução dos riscos associados à normalização das taxas de juros nos países desenvolvidos com a consequente redução da liquidez global; ii) Brasil: dúvidas e expectativas quanto à capacidade de o governo eleito aprovar itens de maior complexidade junto ao Congresso Nacional.

A depender dos acontecimentos, a estratégia básica mencionada poderá ser interrompida, ou mesmo revertida, caso se entenda ser esta a melhor maneira de defender o patrimônio dos participantes do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud.

Tabela 2

ANO	DURATION ^[6] (MESES)	V@R (MENSAL; 95%)*	VOLATILIDADE MENSAL (a.a%)*	COMPOSIÇÃO PB			
				RENTA FIXA	RENTA VARIÁVEL	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	INVESTIMENTOS EXTERIOR
Dez/2016	6,9	0,64%	0,55%	98,1%	1,0%	---	0,9%
Dez/2017	20,9	0,19%	1,92%	89,8%	2,5%	3,4%	4,3%
Dez/2018	18,8	0,05%	1,94%	87,8%	2,1%	6,0%	4,1%

Fonte: Funpresp-Jud

* Indicadores de risco calculados com base na carteira de investimentos do fechamento de cada ano (ponta).

[6] Os ativos indexados ao CDI/Selic e aqueles Marcados pela Curva (MTC) foram considerados com duration igual a zero. Deve-se esclarecer que a duration, embora medida em período de tempo e utilizada originalmente como forma de uniformizar fluxos futuros de caixa de títulos (Duration de Macaulay), aqui é tratada apenas como a sensibilidade do preço de um título (ou carteira de títulos) de renda fixa a mudanças nas taxas de juros, medindo de forma mais acurada o risco de mercado da Carteira de Investimentos do PB.

ANEXO

Tabela 3 - **SALDOS SEGREGADOS POR PLANO** Em R\$ mil

DATA	PLANO DE BENEFÍCIOS (PB)	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	TOTAL
Dez/13	24	26.104	26.128
Dez/14	5.520	23.253	28.772
Dez/15	29.314	19.146	48.461
Dez/16	76.694	16.275	92.969
Dez/17	160.202	13.603	173.805
Dez/18	327.550	17.249	344.799

Fonte: Funpresp-Jud.

Tabela 4 - **RENTABILIDADE NOMINAL DOS PLANOS (BRUTA X LÍQUIDA)**

DATA	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
2016	14,29%	0,26%	14,03%	14,36%	0,28%	14,08%
2017	11,26%	0,35%	10,91%	10,62%	0,26%	10,36%
2018	9,14%	0,27%	8,87%	7,60%	0,27%	7,33%

Fonte: Funpresp-Jud, Custodiante Qualificado, Banco do Brasil, CAIXA.
* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

Tabela 5 - **RENTABILIDADES NOMINAIS LÍQUIDAS DOS PLANOS (POR SEGMENTO)**

DATA	PB					PGA	
	Renda Fixa	Renda Variável	Estruturados	Exterior	Total	Renda Fixa	Total
2016	14,29%	18,03%*	---	-11,19%	14,03%	14,08%	14,08%
2017	10,45%	25,30%	1,93%**	22,83%	10,91%	10,36%	10,36%
2018	8,79%	13,96%	6,95%	9,26%	8,87%	7,33%	7,33%

Fonte: Funpresp-Jud.
* Início das aplicações em 18/mar/2016.
** Início das aplicações em 11/out/2017.
Renda Fixa (87,8% do PB) = 38,4% em CDI, 40,2% IPCA (37,3% NTN-B e 2,9% Letras Financeiras), e 9,2% em Prefixados (LTN).
Renda Variável (2,1% do PB) = 1,6% FIA Ibovespa (CAIXA), 0,5% FIA Governança Corporativa (BB) e 0,03% Ações (Fundo Themis).
Investimentos Estruturados (6,0% do PB) = Fundo Multimercado (BB).
Investimentos no Exterior (4,1% do PB) = 3,1% FIA BDR Nível I (CAIXA) e 1,0% Fundos de Investimento MSCI World (0,5% JP Morgan e 0,5% Schroder).

Tabela 6 - **RENTABILIDADES NOMINAIS LÍQUIDAS DOS PLANOS (COMPARATIVOS CONTRA CDI E BENCHMARK)**

DATA	PB		PGA		CDI	Bmk PB	Bmk PGA
	% CDI	% Bmk	% CDI	% Bmk			
2016	100,23%	127,83%	100,56%	100,90%	14,00%	10,82%	13,95%
2017	109,42%	148,01%	104,14%	101,42%	9,93%	7,25%	10,20%
2018	136,59%	108,62%	113,69%	99,63%	6,42%	8,14%	7,36%

Fonte: Funpresp-Jud.
Bmk = Benchmark.

Tabela 7 - CARTEIRA PRÓPRIA: OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

FUNDO DE COBERTURA DE BENEFÍCIOS EXTRAORDINÁRIOS (FCBE)

DATA COMPRA*	TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VOLUME		TAXA COMPRA AO ANO	CUSTO COMPRA (R\$)	CONTRAPARTE	MARCAÇÃO **	NOTA TÉCNICA COMPRA	DATA VENDA/ VENCIMENTO*	RENTABILIDADE***		
				R\$ mm	%PB							TÍTULO	CDI	BmK PB
11/03/2016	LF BBDC	11/04/2019	10	2,0	5,7%	IPCA + 6,80%	-	Bradesco	MTC	13/2016	11/04/2019	34,54%	30,04%	24,59%
18/03/2016	LF Safra	18/03/2019	7	1,75	5,0%	IPCA + 6,70%	-	Safra	MTC	14/2016	18/03/2019	32,77%	29,70%	24,36%
07/07/2016	LF BBDC	07/07/2021	10	2,0	4,2%	IPCA + 6,78%	-	Bradesco	MTC	32/2016	07/07/2021	28,11%	24,64%	20,38%
19/04/2017	NTN-B	15/05/2035	400	1,3	1,4%	IPCA + 5,22%	2.870,05	Tesouro Nacional (via BB)	MTC	25/2017	15/05/2035	15,09%	12,94%	13,36%
24/05/2017	NTN-B	15/08/2026	250	0,8	0,8%	IPCA + 5,77%	1.562,53	Tesouro Nacional (via BB)	MTC	28/2017	15/08/2026	15,19%	11,86%	12,60%
14/06/2017	NTN-B	15/05/2055	200	0,6	0,6%	IPCA + 5,6199%	14.550,79	Tesouro Nacional (via BB)	MTC	33/2017	15/05/2055	14,40%	11,20%	12,39%
28/06/2017	NTN-B	15/05/2045	230	0,7	0,7%	IPCA + 5,67%	2.428,38	Bradesco	MTC	35/2017	15/05/2045	14,32%	10,82%	12,34%
04/08/2017	NTN-B	15/05/2045	250	0,8	0,7%	IPCA + 5,20%	4.057,98	Banco do Brasil	MTC	45/2017	15/05/2045	13,06%	9,70%	11,56%
08/09/2017	NTN-B	15/08/2050	275	0,9	0,8%	IPCA + 5,149%	1.549,14	Tullett Prebon	MTC	49/2017	15/08/2050	12,08%	8,80%	10,90%
11/10/2017	NTN-B	15/05/2045	265	0,9	0,7%	IPCA + 5,0990%	1.387,13	Tullett Prebon	MTC	55/2017	15/05/2045	11,30%	8,02%	10,17%
08/11/2017	NTN-B	15/08/2050	265	0,9	0,7%	IPCA + 5,3590%	2.720,78	Renascença	MTC	61/2017	15/08/2050	10,79%	7,45%	9,48%
16/11/2017	NTN-B	15/05/2055	350	1,2	0,9%	IPCA + 5,3665%	180,96	Tesouro Nacional (via BGC Partners)	MTC	62/2017	15/05/2055	10,61%	7,30%	9,31%
19/12/2017	NTN-B	15/08/2050	600	2,0	1,3%	IPCA + 5,4740%	3.153,17	Renascença	MTC	71/2017	15/08/2050	9,87%	6,62%	8,44%
24/01/2018	NTN-B	15/05/2055	300	1,0	0,6%	IPCA + 5,2390%	160,94	Tesouro Nacional (via Tullett Prebon)	MTC	10/2018	15/05/2055	8,54%	5,94%	7,59%
07/03/2018	NTN-B	15/05/2055	600	2,2	1,2%	IPCA + 5,0765%	336,10	Tesouro Nacional (via XP)	MTC	16/2018	15/05/2055	7,33%	5,18%	6,66%
04/04/2018	NTN-B	15/05/2055	350	1,2	0,7%	IPCA + 5,1790%	192,09	Tesouro Nacional (via Renascença)	MTC	20/2018	15/05/2055	6,83%	4,68%	6,22%
30/05/2018	NTN-B	15/05/2055	1.000	3,3	1,6%	IPCA + 5,6440%	486,10	Renascença	MTC	29/2018	15/05/2055	5,91%	3,68%	4,91%
19/07/2018	LF Safra	19/07/2024	7	1,8	0,8%	IPCA + 6,13%	-	Safra	MTC	35/2018	19/07/2024	3,70%	2,79%	2,79%
05/09/2018	NTN-B	15/05/2055	900	2,9	1,2%	IPCA + 5,9090%	417,52	Tesouro Nacional (via XP)	MTC	42/2018	15/05/2055	2,48%	1,94%	2,10%
17/10/2018	NTN-B	15/05/2055	700	2,5	1,0%	IPCA + 5,2790%	2.285,26	Renascença	MTC	45/2018	15/05/2055	1,27%	1,24%	0,98%
14/11/2018	NTN-B	15/05/2055	550	2,0	0,7%	IPCA + 5,2490%	302,46	Tesouro Nacional (via Renascença)	MTC	49/2018	15/05/2055	0,48%	0,77%	0,55%
12/12/2018	NTN-B	15/05/2055	2.750	10,0	3,3%	IPCA + 5,0889%	1.570,38	Tesouro Nacional (via XP)	MTC	56/2018	15/05/2055	0,26%	0,30%	0,29%

PLANO DE BENEFÍCIOS (PB)

DATA COMPRA*	TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VOLUME		TAXA COMPRA AO ANO	CUSTO COMPRA (R\$)	CONTRAPARTE	MARCAÇÃO **	NOTA TÉCNICA COMPRA	DATA VENDA/ VENCIMENTO*	RENTABILIDADE***		
				R\$ mm	%PB							TÍTULO	CDI	BmK PB
28/06/2017	NTN-B	15/08/2022	2.000	6,2	5,7%	IPCA + 5,68%	-	Tesouro Nacional (via Bradesco)	MTM	36/2017	15/08/2022	19,82%	10,82%	12,34%
06/09/2017	NTN-B	15/08/2022	2.200	7,1	5,7%	IPCA + 4,5799%	-	Tesouro Nacional (via Bradesco)	MTM	48/2017	15/08/2022	13,02%	8,83%	10,92%
08/09/2017	NTN-B	15/05/2045	725	2,5	2,0%	IPCA + 5,169%	8.819,52	Tullett Prebon	MTM	48/2017	15/05/2045	15,17%	8,80%	10,90%
01/11/2017	NTN-B	15/08/2026	1.650	5,4	4,0%	IPCA + 4,9350%	-	Tesouro Nacional (via Bradesco)	MTM	59/2017	15/08/2026	12,99%	7,57%	9,61%
08/11/2017	NTN-B	15/05/2045	400	1,4	1,0%	IPCA + 5,3790%	3.774,48	Renascença	MTM	60/2017	15/05/2045	16,83%	7,45%	9,48%
12/01/2018	LTN	01/01/2022	11.500	8,1	5,0%	9,33%	292,36	Tesouro Nacional (via Renascença)	MTM	6/2018	01/01/2022	12,66%	6,17%	7,85%
01/02/2018	LTN	01/01/2022	12.000	8,5	5,0%	9,18%	304,12	Tesouro Nacional (via BGC Partners)	MTM	12/2018	01/01/2022	11,46%	5,78%	7,40%
02/04/2018	LTN	01/01/2022	14.500	8,6	5,7%	8,59%	367,34	Tesouro Nacional (via BGC Partners)	MTM	19/2018	01/01/2022	7,77%	4,73%	6,27%
22/05/2018	NTN-B	15/08/2022	3.100	10,1	5,0%	IPCA + 4,7590%	2.173,86	Renascença	MTM	28/2018	15/08/2022	7,87%	3,83%	5,14%
22/05/2018	NTN-B	15/05/2023	3.100	10,0	4,9%	IPCA + 4,9490%	2.498,04	Renascença	MTM	28/2018	15/05/2023	8,72%	3,83%	5,14%
15/10/2018	NTN-B	15/08/2022	2.150	7,1	2,8%	IPCA + 4,7200%	5.872,50	Bradesco	MTM	44/2018	15/08/2022	3,28%	1,29%	1,05%
19/10/2018	NTN-B	15/05/2023	2.100	7,1	2,8%	IPCA + 4,6490%	271,18	Renascença	MTM	46/2018	15/05/2023	2,88%	1,19%	0,90%
23/10/2018	NTN-B	15/05/2023	2.350	8,0	3,1%	IPCA + 4,6500%	6.049,69	Itaú Unibanco	MTM	47/2018	15/05/2023	2,80%	1,14%	0,83%
12/12/2018	NTN-B	15/05/2023	4.600	15,4	5,0%	IPCA + 4,6360%	566,00	Tesouro Nacional (via XP)	MTM	55/2018	15/05/2023	1,78%	0,30%	0,29%

Fonte: Funpresp-Jud.
* Data da liquidação financeira.
** MTM: Marcação a Mercado // MTC: Marcação pela Curva.
*** Para os títulos ainda em carteira, a rentabilidade foi calculada desde a data da aquisição (liquidação financeira) até 31/dez/2018.
Observação: no caso das Letras Financeiras, usualmente são cotadas as seguintes instituições financeiras - Bradesco, CAIXA, Itaú, Safra e Santander (o Banco do Brasil não está emitindo LF).
BmK = *Benchmark*.

Tabela 8 - CARTEIRA PRÓPRIA: OPERAÇÕES ENCERRADAS

DATA COMPRA *	TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VOLUME		TAXA COMPRA AO ANO	CUSTO COMPRA (R\$)	CONTRAPARTE	MARCAÇÃO **	NOTA TÉCNICA	DATA VENDA/ VENCIMENTO*	TAXA VENDA AO ANO	CUSTO VENDA (R\$)	CONTRAPARTE	NOTA TÉCNICA	RENTABILIDADE***		
				R\$ mm	%PB											TÍTULO	CDI	Bmk PB
12/08/2015	LTN	01/07/2017	5.000	3,9	24,5%	13,925%	1.934,17	Banco do Brasil	MTM	28/2015	28/09/2015	16,0800%	3.777,22	Banco do Brasil	35/2015	-1,61%	1,69%	1,21%
20/11/2015	LTN	01/10/2016	3.000	2,7	11,8%	15,05%	1.198,29	Banco do Brasil	MTM	45/2015	23/02/2016	14,1100%	521,97	Banco do Brasil	7/2016	4,09%	3,36%	5,90%
07/12/2015	NTN-B	15/05/2017	1.000	2,7	10,4%	IPCA + 6,40%	1.425,23	Banco do Brasil	MTM	48/2015	29/02/2016	IPCA + 5,70%	1.588,34	Banco do Brasil	9/2016	5,34%	2,98%	3,92%
23/02/2016	NTN-B	15/08/2022	1.000	2,7	7,9%	IPCA + 7,01%	7.473,73	Banco do Brasil	MTM	8/2016	18/04/2016	IPCA + 6,25%	6.401,54	Banco do Brasil	17/2016	6,05%	2,01%	1,61%
23/03/2016	LTN	01/01/2019	5.000	3,5	9,4%	13,49%	1.713,61	CAIXA	MTM	16/2016	26/04/2016	12,7500%	3.010,23	Banco do Brasil	18/2016	2,89%	1,16%	0,96%
14/10/2015	NTN-B	15/08/2016	1.000	2,7	12,5%	IPCA + 6,22%	1.888,72	Banco do Brasil	MTM	38/2015	15/08/2016	---	---	---	---	13,52%	11,65%	11,67%
15/10/2016	NTN-B	15/08/2016	1.000	2,7	12,5%	IPCA + 6,18%	1.883,79	Banco do Brasil	MTM	39/2015	15/08/2016	---	---	---	---	13,39%	11,59%	11,62%
26/04/2016	NTN-B	15/08/2016	2.000	5,7	13,9%	IPCA + 9,15%	2.757,38	Banco do Brasil	MTM	19/2016	15/08/2016	---	---	---	---	5,00%	4,18%	3,32%
30/09/2016	BND535	15/01/2017	1.929	3,0	5,1%	IPCA + 7,2957%	-	Bradesco	MTM	41/2016	15/01/2017	---	---	---	---	2,79%	3,81%	2,24%
03/08/2016	NTN-B	15/05/2021	1.000	2,9	5,8%	IPCA + 6,2158%	1.153,68	Tesouro Nacional (via BB)	MTM	35/2016	18/04/2017	5,2500%	7.496,45	Banco do Brasil	22/2017	10,46%	9,21%	5,34%
13/10/2016	NTN-B	15/05/2021	1.000	3,0	5,1%	IPCA + 5,952%	1.127,37	Tesouro Nacional (via BB)	MTM	42/2016	18/04/2017	5,2500%	7.496,45	Banco do Brasil	22/2017	7,30%	6,44%	3,88%
21/10/2016	NTN-F	01/01/2023	1.200	1,2	2,0%	11,129%	487,67	Tesouro Nacional (via BB)	MTM	43/2016	10/04/2017	10,0200%	2.460,84	Banco do Brasil	20/2017	9,77%	5,88%	3,59%
03/02/2017	NTN-F	01/01/2023	2.500	2,5	3,0%	10,674%	3.023,03	Tesouro Nacional (via BB)	MTM	7/2017	10/04/2017	10,0200%	5.126,74	Banco do Brasil	20/2017	4,46%	2,05%	1,31%
04/07/2016	NTN-B	15/05/2017	3.000	8,7	18,5%	IPCA + 6,65%	3.438,54	Banco do Brasil	MTM	30/2016	15/05/2017	---	---	---	---	8,90%	11,27%	6,81%
09/11/2016	NTN-B	15/05/2017	1.000	3,0	4,8%	IPCA + 6,46%	974,07	Banco do Brasil	MTM	46/2016	15/05/2017	---	---	---	---	4,87%	6,21%	3,85%
29/02/2016	NTN-B	15/08/2018	1.000	2,9	8,2%	IPCA + 5,70%	1.231,60	Banco do Brasil	MTM	9/2016	06/09/2017	IPCA + 3,46%	-273,78	Bradesco	48/2017	19,00%	20,65%	12,98%
13/06/2017	NTN-B	15/05/2019	2.000	6,1	5,9%	IPCA + 5,00%	533,81	Santander (via Bradesco)	MTM	32/2017	06/09/2017	IPCA + 3,45%	487,38	Bradesco	48/2017	3,91%	2,72%	1,58%
16/11/2015	LFBBDC	16/11/2017	5	1,0	4,5%	IPCA + 7,01%	-	Bradesco	MTC	42/2015	16/11/2017	---	---	---	---	26,80%	26,75%	20,23%
13/06/2017	NTN-B	15/05/2021	1.300	4,0	3,8%	IPCA + 5,55%	6.643,20	Santander (via Bradesco)	MTM	32/2017	02/04/2018	IPCA + 3,5650%	713,38	BGC Partners	19/2018	13,08%	6,74%	6,32%
21/07/2017	NTN-B	15/05/2021	2.200	6,9	6,2%	IPCA + 4,93%	5.624,84	Bradesco	MTM	42/2017	02/04/2018	IPCA + 3,5650%	1.207,25	BGC Partners	19/2018	10,36%	5,64%	5,83%
27/11/2015	LFBBDC	27/04/2018	7	1,4	5,6%	IPCA + 7,68%	-	Bradesco	MTC	47/2015	27/04/2018	---	---	---	---	34,17%	29,49%	23,32%
22/09/2017	LTN	01/07/2021	9.000	6,5	5,0%	8,98%	224,18	Tesouro Nacional (via Renascença)	MTM	51/2017	15/10/2018	9,0410%	2.381,01	Renascença	44/2018	9,25%	7,08%	9,48%
29/09/2017	LTN	01/07/2021	9.000	6,5	5,0%	9,12%	221,96	Tesouro Nacional (via Tullett Prebon)	MTM	53/2017	19/10/2018	8,7700%	1.771,81	Bradesco	46/2018	10,50%	7,02%	9,50%
08/12/2017	LTN	01/07/2021	10.000	7,2	4,8%	9,62%	233,27	Tesouro Nacional (via Renascença)	MTM	67/2017	23/10/2018	8,6760%	2.167,49	Renascença	47/2018	10,80%	5,61%	7,83%
27/01/2016	LFBBDC	27/12/2018	16	2,4	7,5%	IPCA + 6,70%	-	Bradesco	MTC	3/2016	27/12/2018	---	---	---	---	36,77%	32,04%	26,63%

Fonte: Funpresp-Jud.
* Data da liquidação financeira.
** MTM: Marcação a Mercado // MTC: Marcação pela Curva.
BmK = *Benchmark*.

Tabela 9 - OPERAÇÕES EM ANDAMENTO (RENDA VARIÁVEL)^[7]

DATA	FIA CAIXA Ibovespa	FIA CAIXA Ibovespa	FIA CAIXA Ibovespa	FIA BB Governança	FIA CAIXA Ibovespa	FIA CAIXA Ibovespa	FIA CAIXA Ibovespa	CDI	Bmk PB
18/mar/16	47,99%	---	---	---	---	---	---	26,99%	21,57%
21/dez/16	---	30,72%	---	---	---	---	---	14,94%	13,62%
22/set/17	---	---	15,84%	---	---	---	---	8,46%	10,63%
26/set/17	---	---	---	15,39%	---	---	---	8,39%	10,57%
27/out/17	---	---	---	---	15,00%	---	---	7,66%	9,72%
26/jan/18	---	---	---	---	---	2,41%	---	5,89%	7,53%
26/mar/18	---	---	---	---	---	---	2,95%	4,83%	6,37%

Fonte: DIRIN, Banco do Brasil, CAIXA, CETIP.
Em vermelho, operações encerradas em 24/ago/2018.
BmK = *Benchmark*.

Tabela 10 - OPERAÇÕES EM ANDAMENTO (INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS: FUNDO BB MULTIMERCADO)^[8]

DATA	FUNDO BB MM	FUNDO BB MM	FUNDO BB MM	FUNDO BB MM	FUNDO BB MM	FUNDO BB MM	FUNDO BB MM	CDI	Bmk PB
11/out/17	7,11%	---	---	---	---	---	---	6,41%	8,66%
26/out/17	---	6,84%	---	---	---	---	---	6,09%	8,26%
9/jan/18	---	---	6,70%	---	---	---	---	6,25%	7,95%
25/jan/18	---	---	---	6,49%	---	---	---	5,92%	7,56%
22/mar/18	---	---	---	---	5,35%	---	---	4,89%	6,41%
18/dez/18	---	---	---	---	---	0,38%	---	0,20%	0,20%
26/dez/18	---	---	---	---	---	---	0,25%	0,07%	0,07%

Fonte: DIRIN, Banco do Brasil, CAIXA, CETIP.
Em vermelho, operações encerradas em 1/out/2018.
BmK = *Benchmark*.

[7] Rentabilidades nominais líquidas desde a data indicada até 31/dez/2018.
[8] Rentabilidades nominais líquidas desde a data indicada até 31/dez/2018.

Tabela 11 - **OPERAÇÕES EM ANDAMENTO
(INVESTIMENTOS NO EXTERIOR)**^[9]

DATA	FIA CAIXA BDR Nível I	FIA CAIXA BDR Nível I	FIA CAIXA BDR Nível I	FIA CAIXA BDR Nível I	FIA CAIXA BDR Nível I	FIA CAIXA BDR Nível I	CDI	Bmk PB
15/abr/16	34,62%	---	---	---	---	---	28,42%	23,36%
21/dez/16	---	30,90%	---	---	---	---	17,40%	16,23%
17/jan/17	---	---	36,13%	---	---	---	16,29%	15,51%
27/nov/17	---	---	---	17,03%	---	---	7,08%	9,08%
23/jan/18	---	---	---	---	6,24%	---	5,97%	7,63%
24/ago/18	---	---	---	---	---	-17,07%	2,14%	2,30%

Fonte: DIRIN, Banco do Brasil, CAIXA, CETIP.
BmK = *Benchmark*.

Tabela 12 - **OPERAÇÕES EM ANDAMENTO
(INVESTIMENTOS NO EXTERIOR)**^[10]

DATA	FUNDO BB JP Morgan	FUNDO BB Schroder	CDI	<i>BENCHMARK</i> PB
18/mai/17	18,36%	---	12,05%	12,74%
18/mai/17	---	20,00%	12,05%	12,74%

Fonte: DIRIN, Banco do Brasil, CAIXA, CETIP.

[9] Rentabilidades nominais líquidas desde a data indicada até 31/dez/2018.
[10] Rentabilidades nominais líquidas desde a data indicada até 31/dez/2018.

Tabela 13 - **OPERAÇÕES EM ANDAMENTO
(FUNDO THEMIS)**^[11]

DATA	FUNDO CAIXA Themis	CDI	<i>BENCHMARK</i> PB	<i>BENCHMARK</i> Themis
9/abr/18	3,47%	4,60%	6,13%	6,33%

Fonte: DIRIN, Banco do Brasil, CAIXA, CETIP.

Tabela 14 - **RENTABILIDADES NOMINAIS INDICADORES SEGMENTOS
RESOLUÇÃO CMN 4.661/2018**

DATA	RENDA FIXA					RENDA VARIÁVEL		EXTERIOR	
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IDkA IPCA 2A	IBOV	IGCX	BDRX	MSCI W BRL
2016	14,72%	29,64%	15,48%	31,04%	15,21%	38,94%	ND	-9,71%	ND
2017	11,12%	16,67%	12,58%	12,75%	13,61%	26,86%	29,92%	24,07%	22,18%
2018	6,97%	12,27%	9,87%	15,41%	9,75%	15,03%	11,72%	12,02%	4,93%

Fonte: Anbima, BM&FBovespa, Broadcast.

[11] Rentabilidades nominais líquidas desde a data indicada até 31/dez/2018.

receitas e despesas
ADMINISTRATIVAS



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A programação orçamentária para 2018 estimou uma despesa total na ordem de R\$ 9,4 milhões, despesas estas lastreadas pelas fontes de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, sendo elas a taxa de carregamento, aplicada sobre as contribuições realizadas pelos participantes, e a rentabilidade auferida pelo empréstimo inicial.

Ao longo deste mesmo ano, seguindo o cronograma estabelecido pelo plano estratégico da entidade, posto em prática quando de sua criação, o ponto de equilíbrio financeiro da Funpresp-Jud, momento em que a arrecadação total supera as despesas operacionais, foi alcançado e, assim, iniciou-se a formação de um fundo administrativo, uma reserva financeira destinada a eventualidades que possam afetar suas operações.

A seu turno, as despesas administrativas ocorridas, essenciais para o funcionamento da Fundação, totalizaram R\$ 8,1 milhões ao fim de 2018, apresentando, assim, uma **redução na ordem de 13,8% em relação ao orçamento total das despesas no ano**. Se comparadas ao ano anterior (2017), as despesas administrativas ocorridas variaram positivamente em 6,6%.

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONTABILIZADAS

A forte elevação do número de participantes ocorrida em 2018, na ordem de 54%, e a consistente melhora de todos os indicadores de gestão relativos à arrecadação e despesas no período, reforçam o momento de consolidação da Funpresp-Jud e sinalizam o início de ações com foco nos participantes do Plano de Benefícios como, por exemplo, a gradual redução da taxa de carregamento, elevando, por conseguinte, a rentabilidade auferida por cada um deles diante de suas contribuições.

Para 2019, com o ponto de equilíbrio financeiro já alcançado e com a expectativa de manutenção da tendência de elevação do número corrente de participantes, espera-se reforçar o fundo administrativo, prevenindo a Fundação de riscos operacionais diversos, e manutenção das políticas com foco em modernização e racionalização administrativa.

Em R\$ mil						
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2018 (H)	2017 (I)	Var.(%) (H/I-1)	INDICADORES DE GESTÃO (12 MESES)	2018	2017
Participantes (A) – qtde.	14.580	9.455	54,2	I1 = C/A		
Ativo Total (B)	346.122	174.191	98,7	Arrecadação per capita (R\$)	726	531
Taxa de Carregamento (C)	10.587	5.024	110,7	I2 = F/A		
Despesas de Funcionamento (D)	7.530	7.270	3,6	Receita per capita (R\$)	604	875
Pessoal e Encargos	5.506	5.610	(1,9)	I3 = F/B		
Treinamentos/Congressos	67	61	9,8	Despesa sobre Ativo Total (%)	2,6	0,6
Viagens e Estadias	101	93	8,6	I4 = F/(C+G)		
Serviços de Terceiros	568	299	90,0	Despesa sobre receita (%)	68,6	88,1
Despesas Gerais	601	661	(9,1)	Fonte: Demonstrativos financeiros da Funpresp-Jud de 2017		
Depreciação e Amortização	53	83	(36,1)			
Tributos	35	463	(92,4)			
Contingências	599	-	-			
Despesa Financeira (E)	1.282	1.000	28,2			
Despesas Administrativas (F)	8.812	8.270	6,6			
Receitas Financeiras (G)	2.255	4.361	(48,3)			

Elaboração e organização

Amarildo Vieira de Oliveira

Ronnie Gonzaga Tavares

Edmilson Enedino das Chagas

Marco Antônio Martins Garcia

Roberta Ribeiro Coelho

Assessoria de Comunicação e Marketing

Paolla Christine de Oliveira Dantas

Projeto Gráfico e Diagramação

Rodrigo Camargos e Silva

Impressão

Cromos Editora e Indústria Gráfica LTDA

Fotos

Arquivos Funpresp-Jud, Freepik e Shutterstock

